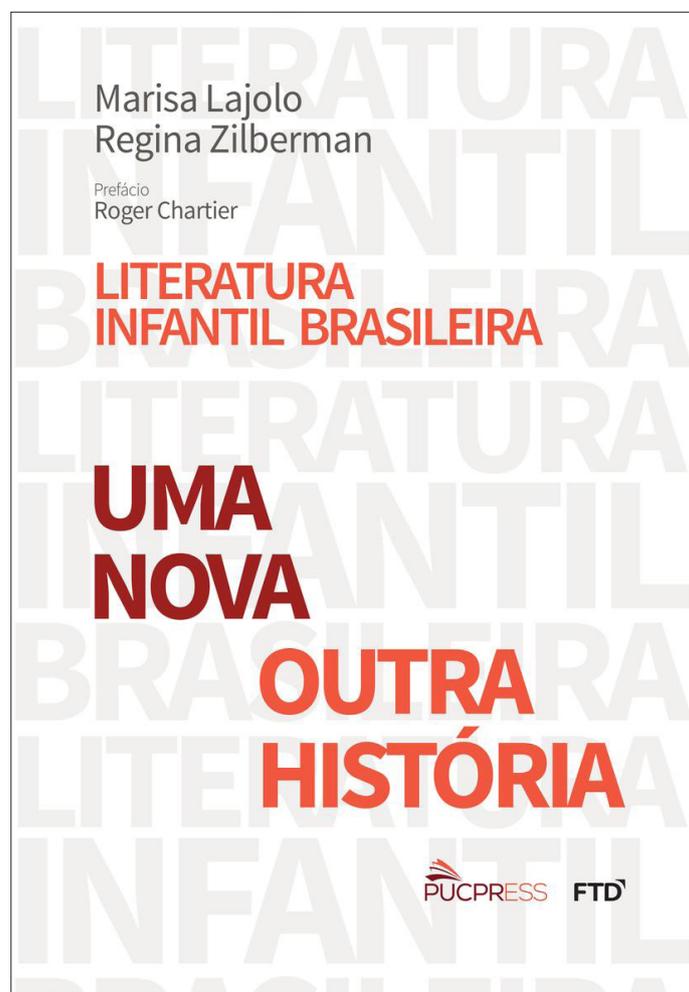


## RESENHA

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: uma nova outra história*. Curitiba: PUCPress, FTD, 2017, 152 p.

*Geovana Gentili Santos\**

Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil



\* Professora doutora da Universidade Cidade de São Paulo – Unicid, São Paulo, SP, Brasil; geovana199@hotmail.com

Em tempos atuais, em que muitas vozes ecoam à semelhança daquela do Reizinho Mandão – personagem da obra homônima, de Ruth Rocha, publicada em 1982 – com imposições descabidas e elaboradas ao sabor de sua volúpia, escutar novamente, nesse burburinho, vozes que nos orientam e nos conduzem a uma reflexão crítica sobre a sociedade e a literatura é um refrigério.

Se outrora, Marisa Lajolo e Regina Zilberman já nos guiaram na incursão pela historiografia da literatura infantil brasileira com seus estudos – *Literatura infantil brasileira: história e história* (1984) e *Um Brasil para crianças* (1986) – e pelas reflexões em torno à leitura – *A Leitura Rarefeita* (1991), *A formação da leitura no Brasil* (1996), *Preço da Leitura* (2001) – agora, elas nos fazem recorrer a essa bagagem de conhecimento para avançar nas reflexões em torno da produção literária destinada ao público infantil e juvenil no século XXI.

É desse quadro anteriormente delineado que os fios da leitura, da literatura infantil e do mercado editorial são reentrelaçados para comporem uma nova trama. Assim, aqueles leitores já familiarizados com as obras dessas autoras, a todo instante, são reconduzidos a estas leituras; e aqueles que ainda não circularam por estes saberes se veem constantemente instigados a conhecê-los.

Impelidas pelo gigantismo que o mercado editorial alcança no século XXI e pelo avanço do mundo digital, Lajolo e Zilberman adotam uma nova perspectiva de análise frente ao *corpus*. Esta nova abordagem conduz à elaboração de “uma nova outra história” da literatura infantil brasileira que, por abrir mão da ordem cronológica, do agrupamento de autores e da antologia, desautomatiza a leitura acomodada à metodologia das histórias anteriormente publicadas e convida o leitor a adotar outra postura de leitura sobre o tema.

É, assim, que, inicialmente, as autoras nos enredam nas reflexões em torno do livro impresso e da sua materialidade, e das implicações da pluralidade do próprio conceito de livro, alargado pelos novos formatos e materiais impostos pela tecnologia na literatura infantil. Dessas considerações, Lajolo e Zilberman nos encaminham para a importância adquirida pela imagem nas obras destinadas ao público infantil desde a expansão das histórias em quadrinhos, ao final do século XIX, e sua plena difusão na segunda metade do século XX.

Sem deixar o caráter político e econômico das ações que regulam o campo da arte, as autoras salientam o quanto a parceria entre as linguagens verbal (na modalidade escrita) e a visual trouxe implicações para a produção do livro: aumento dos atores envolvidos (criadores e técnicos) na elaboração da obra e, conseqüentemente, uma resignificação do conceito de autoria. O reconhecimento dessa nova configuração em torno da produção livresca para o público infantil dá-se pelo processo de legitimação e de institucionalização conferido pelos prêmios.

Com a expansão do mundo digital, tanto o mercado editorial quanto os criadores (escritores, ilustradores, editores) expandem suas fronteiras de atuação, movendo-se, agora, no chamado *ciberespaço*. Este local virtual passa a ser suporte para a criação e para a circulação da obra literária que, por sua vez, assume em sua forma as características específicas dessa realidade tridimensional. Com esse movimento, dá-se o rompimento da antiga concepção que restringia a literatura ao veículo impresso.

O *ciberespaço* converte-se no lugar de produção, interação e consumo da literatura. Nele, sujeitos, grupos, comunidades e projetos literários são construídos e experimentados. Nesse espaço, passamos da linearidade do texto ao hipertexto, possibilitando ao leitor um pluralidade de percursos em sua leitura; e do hipertexto, chegamos à hipermídia, com seu encanto em imagem, som e animação.

No cenário nacional, são exemplos mencionados por Lajolo e Zilberman os escritores: Sérgio Capparelli, Ana Cláudia Gruszynski, Leo Cunha e Angela Lago. Por meio desses projetos literários desenvolvidos no *ciberespaço*, as autoras pontuam como as novas ferramentas e linguagens da cultura digital abrem perspectivas inusitadas para o mundo do livro e da leitura.

Deste quadro inicial das implicações do mundo digital na literatura infantil, somos conduzidos ao que, a nosso ver, parece ser o ponto alto das reflexões propostas por Lajolo e Zilberman: “O Peso dos Números e das Instituições”. A clareza da exposição dos dados faz com que, nesta parte da trama, os pontos se entrelacem sem, contudo, se embaraçarem. Com essa habilidade expositiva, as autoras vão tecendo à nossa vista todo o entorno em que a literatura infantil brasileira se vê emaranhada: 1) mercado editorial; 2) escola; e 3) Estado.

O primeiro vive sua efervescência a partir da redemocratização da sociedade brasileira, oficializada em 1985, com o crescente empoderamento econômico da

classe média, fazendo com que o comércio de bens materiais e imateriais aumentasse. Nesta esteira, dá-se a elevação do número de livros impressos no Brasil, tanto os de caráter didático quanto os literários, consolidando o desenvolvimento quantitativo e qualitativo das formas de produção e difusão do livro impresso.

Para atender a crescente demanda mercadológica de obras destinados às crianças e aos jovens brasileiros, o mundo editorial passa por uma constante reconfiguração da cadeia do livro que, no século XXI, tem vivido um intenso movimento de profissionalização dos agentes envolvidos na produção e na circulação do livro: escritores, capistas, ilustradores, editores de texto, tradutores, revisores etc.

É nessa esfera do comércio de livro que a literatura infantil encontra o seu nicho e, enquanto produto de consumo, passa a ser categorizada e subcategorizada conforme seu potencial público leitor: jovem adulto, leitor proficiente e leitor pré-alfabético, entre outras flutuantes classificações editoriais.

Para atender a avidez desse mercado consumidor, o papel do escritor também sofre desdobramentos, sua produção deixa de ser apenas e tão somente guiada por seu projeto literário e passa a atender a encomendas específicas feitas pelas casas editoriais. Além disso, o autor passa a frequentar espaços como escolas, eventos, feiras, bienais, festivais que, se por um lado, “humaniza o objeto livro”, percebido muitas vezes com reserva, medo e desconforto; por outro, pode incorrer no risco de converter autores e livros em “meros objetos de consumo, midiaticamente promovidos e espetacularizados”.

As autoras ainda destacam que a expansão e o fortalecimento do mercado editorial oferecem a escritores e ilustradores brasileiros de literatura infantil uma efetiva profissionalização e uma visibilidade projetada na presença de seus nomes em listas de prêmios internacionais, tais como: “Lista de Honra IBBY”, “Prêmio Hans Christian Andersen”, “Prêmio Casa de las Américas”, entre outros.

A segunda e a terceira instâncias – Escola e Estado – passam a basilar, em grande parte, a literatura infantil na medida em que o Ministério da Educação divulga documentos diretivos para o trabalho de temas nas escolas – tais como *Parâmetros Curriculares* e *Temas Transversais*. As editoras, a fim de atender a esta demanda pedagógica, passam a encomendar obras em função do que será trabalhado em sala de aula.

Sobre esse gerenciamento, as autoras chamam a atenção para o perigo que o discurso didático e ideológico dos órgãos centrais da Educação e da Cultura pode representar para a literatura haja vista o espartilhamento da produção por meio da supervisão de enredo e personagens que resulta, inevitavelmente, na pasteurização do objeto literário. Para as autoras, tal discurso quando fortalecido, subtrai à literatura infantil e juvenil o perfil de vanguarda e imputa-lhe a supremacia da satisfação do público.

Longe de ser uma novidade todo este cenário – afinal já fora anteriormente delineado pelas próprias Lajolo e Zilberman, tanto nas suas produções conjuntas quanto nas individuais – a persistência e a intensificação dessas relações levam a outra consideração importante: ainda hoje transfere-se à literatura infantil o papel “salvador” no que tange à precariedade das práticas leitoras do nosso país, ou nas palavras das autoras: “de redimir a leitura e alterar o panorama de práticas letradas ralas e precárias do país” (p. 73).

Com base nos números alarmantes, tal como nos traz *Retrato de Leitura do Brasil*, o Ministério da Educação fomenta e promove programas de incentivo à leitura, bem como programas que avaliam o material didático a ser adotado nos diferentes níveis da educação básica nas redes públicas do país, e, com isso, converte-se em um comprador almejado às editoras.

Na corrida para agradar este precioso comprador, as casas editoriais passam a produzir livros que se adequem à demanda governamental. Com isso, a literatura infantil deixa de guiar-se por projetos estéticos e passa a preocupar-se com as questões pedagógicas. Da mesma forma, os livros didáticos abandonam propostas inovadoras e inclinam-se apenas às diretrizes que, em alguns casos, leva a (re) produção de discursos pedagogizantes.

Reafirmado o peso dos números e das instituições na literatura infantil, Lajolo e Zilberman dedicam-se a algumas obras específicas e indicam, a partir destas, alguns dos movimentos e recursos literários recorrentes nas produções do século XXI: a intertextualidade, a metalinguagem, o novo indianismo e a presença do não verbal.

Para tratar do primeiro recurso – a intertextualidade –, as autoras conferem a Monteiro Lobato o destaque por ser o primeiro escritor a “a valer-se com competência da prática intertextual” (p. 80) ao construir suas obras infantojuvenis

ambientadas no Sítio do Picapau Amarelo. Nessa mesma vertente e pós-Lobato, é comentada a obra de Pedro Bandeira, *O Fantástico mistério de Feiurinha*; e *Procurase um lobo*, de Ana Maria Machado.

Já sobre o segundo recurso – a metalinguagem –, Lajolo e Zilberman sublinham a premiada obra *O menino que vendia palavras*, de Ignácio Loyola Brandão; *Alice no telhado*, de Nelson Cruz; *Um homem no sótão*, de Ricardo Azevedo; e *O fazedor de velhos*, de Rodrigo Lacerda, também premiada pela FNLIJ.

Sobre o último recurso mencionado – o novo indianismo –, as pesquisadoras ressaltam que, diferentemente do indianismo romântico, no “novo” indianismo “abordam-se questões e representações a partir de posições e ponto de vistas indígenas” (p. 89). São nomes representativos: Daniel Munduruku, Professores Maxacali, Comunidade Tapirapé, Professores Ticuna, Olívio Jekupé, Yaguarê Yamã, Eliane Lima dos Santos Pontiguara e Elias Yaguakãg.

Outro aspecto analisado por Lajolo e Zilberman, no tópico “Presença do não verbal”, diz respeito às novas possibilidades de expressão trazidas pela tecnologia digital, que abrem um leque de possibilidades já que o texto, agora, pode ser organizado espacialmente e não em cadeia, “substituindo a linearidade pelo vaivém”, movimento e comportamento ao qual jovem incorporado no mundo digital está habituado.

Encaminhando-nos para o desfecho da “uma nova outra história”, as autoras, perspicazmente, nos propõem uma reflexão por meio do questionamento: “Pode haver livro, leitura e leitores para além da escola?” Nesta parte, Lajolo e Zilberman voltam-se às Bienais e à crescente presença dos jovens – rapazes e moças – neste espaço, buscando por novidades e interação com seus escritores favoritos.

Assim, no campo da literatura infantojuvenil, destacam-se como recursos mais expressivos 1) a *fantasy fiction*, em que predomina a magia e a hiper-realidade, sendo representativo desse recurso obras como *Harry Potter*, de J. K. Rowling; *Senhor dos Anéis*, de J. R. Tolkien; e *Crônicas de Nárnia*, de C. S. Lewis; e 2) a representação do cotidiano de adolescentes e jovens adultos, sobretudo de personagens femininas que vivem conflitos amorosos. No âmbito brasileiro, nomes como os de Eduardo Spohr, Paula Pimenta, Carina Rissi e Renata Ventura são os destaques entre o público leitor.

Com estas considerações, Lajolo e Zilberman arrematam as linhas que compõem a *Literatura infantil brasileira: uma nova outra história*, concluindo que “as tiragens gigantescas, os mercados diferenciados, a complexa convergência e divergência de projetos em curso, a pluralidade e as intersecções de linguagens marcam a literatura infantil e juvenil brasileira mais contemporânea”.

Como afirmamos ao iniciar esta resenha, voltar a escutar vozes como as de Lajolo e Zilberman é um refrigério. Não apenas porque se trata de duas pesquisadoras respeitadas no campo dos estudos da literatura infantojuvenil brasileira, mas também porque confirmam em nós o tom do discurso a ser mantido; isto é, à semelhança da única menina que ainda detinha a faculdade da fala no reino do Reizinho Mandão, devemos sempre bradar: “Cala boca já morreu, quem manda na minha boca sou eu!” A literatura sempre será um ato de resistência e conhecê-la, estudá-la, compreendê-la uma forma de subversão.

Recebido em 15/08/2017.

Aprovado em 03/10/2017.